

J. Fernandes Mascarenhas

**A luta contra os franceses
em Olhão**

à luz de novos documentos

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Olhão / 2008

A luta contra os franceses em Olhão à luz de novos documentos

Autor: J. Fernandes Mascarenhas

Revisão: António Paula Brito, Deodato Pires.

Edição de Março de 2008, da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão -, incluída nas actividades de comemoração dos 200 anos da revolta olhanense contra a ocupação napoleónica.

R. Dr. Miguel Bombarda nº 47, 8700-503 Olhão.

apos@olhao.web.pt

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008

1ª Edição - Separata do Correio Olhanense

Olhão – 1950

Prefácio

No ano em que se comemora os 200 anos da revolta olhanense contra as tropas napoleónicas, não seria justo esquecer que a revolta uniu toda a população do futuro concelho, e não se resumiu a Olhão.

De alguma forma, a junção entre os camponeses de Moncarapacho aos marítimos de Olhão, possibilitou a criação natural do futuro concelho como uma unidade administrativa coerente.

Por isso, não seria justo esquecermo-nos deste trabalho de José Fernandes Mascarenhas que comprovou pela primeira vez a importância que alguns moncarapachenses tiveram nesta luta.

Graças ao autor, e por sua sugestão, todos os nomes referidos neste trabalho não foram esquecidos e figuram actualmente na toponímica de Moncarapacho.

Este documento que a APOS aqui volta a divulgar, é incontornável para a História desta Vila que, embora pequena, tem uma História muito antiga.

Olhão, Março de 2008

António Paula Brito

Presidente da

APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão)

**A luta contra os franceses em Olhão à luz de
novos documentos**

I

Do levantamento dos pescadores de Olhão contra os franceses, ao ataque da Ponte de Quelfes

Teve o Algarve um papel preponderante na luta contra os franceses.

Em Olhão, como se sabe, foi levantado o primeiro grito de revolta contra o poder napoleónico, depois secundado por Faro e outras terras da mesma Província, sendo ainda do Algarve muitos dos bravos soldados que constituíram o exército que expulsou o invasor¹.

Foi sem dúvida notável a epopeia dos algarvios nessa agitada época, como já o tinha sido nos Descobrimentos e Conquistas, nas Campanhas da Restauração de 1640 e em muitos outros períodos da vida nacional.

Sobre a revolta dos olhanenses alguns são os trabalhos publicados, designadamente, um de carácter poético de José Agostinho de Macedo, «O Novo Argonauta», onde se narra a viagem do caíque portador da boa nova à corte portuguesa do Rio de Janeiro, para aí transferida por inteligente estratégia política e diplomática e outro, ainda não há muitos anos saído dos prelos, da autoria do Dr. Alberto Iria Júnior, belíssimo estudo no qual se reúne copiosa e séria documentação compulsada nos arquivos portugueses e brasileiros.

Sem pretendermos estudar o que já foi estudado e muito bem, tarefa que além de desnecessária se tornaria fastidiosa, desejamos, no entanto, trazer mais uns subsídios sobre a revolta contra os franceses, no desejo de tornar bem conhecida toda a verdade histórica.

Como é do conhecimento geral, tiveram lugar os primeiros motins contra o invasor, no dia 16 de Junho de 1808, numa quinta-feira do Corpo de Deus.

Olhão vibrou de puro patriotismo, como sucedera, se bem que em menor grau, pela festa de Santo António desse ano, quando o escrivão do seu Compromisso Marítimo, João da Rosa, destapando o escudo das armas reais da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Igreja Matriz, há muitos meses oculto por um painel,

¹ Ficou bem célebre a acção da Brigada Algarvia, do comando do General Hipólito da Costa, que praticou actos do maior valor (In «Guerra Peninsular, suas causas e efeitos», pelo Coronel Miguel Victorino Pereira Garcia, Lx.^ª, 1933, p.32; «As Forças Militares de Lagos nas guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade», por Manoel João Paulo Rocha, Porto 1910, p. 208-233 e 258-259; e «Notícias Históricas de Tavira», por Damião Augusto de Brito de Vasconcelos, Lx.^ª, 1937, p.76).

preparou os espíritos para os acontecimentos do dia 16 podendo-se por esse facto dizer que esse grande português foi o verdadeiro precursor do movimento ².

Porém, quem ostensivamente lançou o grito de revolta, foi o heróico Coronel José Lopes de Sousa, governador de Vila Real de Santo António, em mudança de ares em Olhão desde 10 de Março de 1808 quando, ao dirigir-se para a Missa desse dia santo, rasgou o famoso edital fixado numa das ombreiras da porta principal do templo, pelo qual Junot convidava os portugueses «a fazerem causa comum contra a Espanha insurrecta»³. E pronunciando aquelas frases vibrantes que correm escritas em vários trabalhos acerca das invasões francesas, fez despertar as consciências adormecidas, recebendo em troca o aplauso dos pescadores que presenciavam tão arrojado gesto.

Entretanto, dizem-nos as crónicas da época que os sinos das igrejas de Olhão não deixavam de tanger, convidando os patriotas dos campos e das freguesias circunvizinhas a tomarem parte na luta.

Embora os nomes de muitos deles se desconheçam, deduziu com muita lógica o Dr. Francisco Fernandes Lopes, no seu discurso pronunciado aquando do acto inaugural do pequeno monumento de Olhão aos heróis de 1808, que os mesmos deveriam pertencer também a essas freguesias.

Na verdade os olhanenses, apesar de todo o seu espírito de decisão e heroicidade, precisavam de ser apoiados em tão arriscada e difícil empresa!

Com base nesse belo discurso do Dr. Fernandes Lopes, procurámos saber quais teriam sido esses cooperadores do movimento de que as crónicas nos não falam e bem assim as terras da sua naturalidade, devendo a propósito dizer que sempre pensámos ter sido Moncarapacho uma delas. Porém, como não encontrávamos quaisquer documentos e a história só com eles pode ser escrita, tal ideia não passava de uma mera hipótese!

A hipótese tornou-se a breve trecho realidade, como vamos ver, em face dos documentos que descobrimos e que nos oferecem a maior segurança.

Antes, porém, vejamos como os acontecimentos se desenrolaram, servindo-nos de base as crónicas escritas por testemunhas oculares e activas na Restauração.

² Memória do escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão, João da Rosa, publicada em parte na «Monografia do Concelho de Olhão», d' Ataíde Oliveira, p. 309 a 315 e, totalmente, em a «Invasão de Junot no Algarve», por Alberto Iria, Lx.^o, 1941, p. 306 a 313.

³ «A Invasão de Junot no Algarve», ob. cit., p. 37.

Diz-nos, por exemplo, João da Rosa, que o General francês «logo que no mesmo dia soube que Olhão estava levantado mandou ordens a Tavira e Vila Real para virem para Faro incorporar-se todos juntos para virem arrasar Olhão e passarem tudo a espada. Já a este tempo nós tudo sabíamos por via de três paquetes que lhe tínhamos apanhado com cartas que diziam isto mesmo, os valorosos Marítimos e mais algumas pessoas da terra que assistiam neste Lugar de Olhão nada disto lhe metera medo nem abalo antes lhe meteu mais ânimos de sorte que sabendo-se neste Lugar por paquetes que trazíamos que tinham chegado a Moncarapacho pelo meio-dia as tropas francesas e as fomos esperar à ponte de Quelfes onde começámos a tirar os primeiros tiros e os fomos perseguindo em peleja ente os matos do Joinal matando-lhe dezoito soldados franceses fora doze feridos entrando em Faro estropiados»⁴.

De igual modo o Coronel José Lopes de Sousa, nos narra os sucessos desses dias, não só sobre o papel do Capitão Sebastião Martins Mestre que, com alguns paisanos embarcados num caíque, surpreendeu no mar as tropas que se dirigiam de Tavira para Faro aprisionando-as, como também, sobre o ataque da Ponte de Quelfes.

Por essa descrição, mais concisa do que a primeira, se constata que as forças francesas que vinham de Vila Real de Santo António para Faro por terra, na direcção de Quelfes, eram num total de 185 granadeiros.

Foi contra esses soldados que, um reduzido número de portugueses, sob o comando do Capitão Martins Mestre, se teve que defrontar.

A refrega deu-se na tarde do dia 18 e podia ter sido de consequências mais graves para os franceses, se não fosse a precipitação dos paisanos que, esperando-os escondidos por detrás das moitas do mato e dos valados, se denunciaram cedo de mais, não seguindo portanto à risca as ordens do seu comandante.

Semelhante precipitação, aliás justificável em gente inexperiente na arte da guerra, deu lugar a que os franceses se pusessem em fuga pelo Joinal até à Meia Légua com baixas que procuraram ocultar, sem deixarem de ser perseguidos pelos nossos, em peleja, como diz João da Rosa.

Uma vez na Meia Légua avisaram os franceses o seu general do que se tinha passado, recebendo como resposta auxílio da Artilharia, pelo que se voltaram novamente contra os olhanenses que se tinham deixado ficar no campo. E a luta continuou, desta vez mais forte e de efeitos bastante eficazes para os nossos.

⁴ João Rosa, «Memória», ob. cit., p. 310 a 311.

Se à Ponte de Quelfes tiveram os franceses 18 mortos e 12 feridos e dos nossos apenas um camponês e mais algumas pessoas que não eram partidárias da revolta, à Meia Léguas o caso foi mais sério, pois «foram rechaçados com perda de 25 homens, deixando no campo 16 mortos, suas mochilas, um obus mal encravado, com todas as munições e pólvora espalhada pelo chão»⁵.

Pela descrição do Coronel José Lopes de Sousa, vê-se que ao fim da tarde eram os franceses novamente «perseguidos disparando-lhes alguns tiros, e o referido Capitão (Sebastião Martins Mestre) só recebeu uma grande contusão no peito enquanto inspirava valor e reunião possível em uma gente Maruja e estranha em tais empresas, mas valorosas, a quem as mesmas mulheres davam o exemplo, e foi constante perder o inimigo alguma gente, cujo número ocultavam, e da nossa parte faleceu um homem velho que os inimigos mataram fora da acção e mais dois rapazes»⁶.

As duas narrações sobre a luta iniciada à ponte de Quelfes e continuada à Meia-léguas, completam-se!

Segundo João da Rosa, ao meio-dia, tinham as tropas francesas chegado a Moncarapacho⁷ e segundo Lopes de Sousa, ao fim da tarde eram as mesmas perseguidas, após as derrotas que sofreram dos patriotas olhanenses.

A estratégia francesa para fazer jugular a revolta de Olhão foi, sem dúvida, bem arquitectada: as tropas de Tavira e de Vila Real de Santo António reuniam-se todas em Faro e juntamente com as que aqui se encontravam, caíam sobre Olhão e tudo talvez se tivesse passado de modo diferente.

Porém a Providência encaminhou as coisas com mestria e as três vitórias de 18 de Junho, redundaram numa vitória geral, não só para Olhão como para todo o Algarve. É o que da análise fria e desapaixonada dos documentos e das crónicas se infere, seguindo, paralelamente, a carta topográfica da região.

O dia 16 de Junho é, na verdade o dia da Vila de Olhão, por ter tido início o movimento restauracionista; todavia, o dia 18 com a primeira vitória no mar e as duas seguintes em terra, iniciadas à ponte de Quelfes, foi decisivo para o mesmo

⁵ «Relação da feliz e gloriosa restauração do Reino do Algarve», da *Gazeta de Lisboa*, de 17 de Setembro de 1808, transcrita em «Notícias Históricas de Tavira», ob. cit., p. 74 e 75.

⁶ Alberto Iria, ob. cit., documento n.º 1, p. 304.

⁷ Deveria ter sido nessa altura que os franceses fizeram mão baixa nos objectos de culto da histórica Capela de Santo Cristo, segundo refere a tradição local, e onde, de facto, não existem quaisquer alfaías preciosas em prata e ouro das que aí existiam, conforme cópia do inventário que possuímos para publicar.

A propósito, deve-se dizer que a estrada que ligava Faro a Tavira, passava precisamente junto da Capela de Santo Cristo de Moncarapacho,



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

movimento, pois, graças ao sangue derramado nessa tarde, Faro no dia seguinte, levantava o pendão da revolta que, estendendo-se a toda a Província do Algarve, firmou os louros da vitória colhidos no referido dia 16 por entre explosões de entusiasmo à porta da Igreja Matriz de Olhão.

II

Alguns dos militares que tomaram parte na luta à ponte de Quelfes, segundo novas fontes documentais

No ataque feito contra os franceses à ponte de Quelfes e com certeza em todas as lutas da tarde do dia 18 de Junho, tomaram parte não só os paisanos do comando do Capitão Sebastião Martins Mestre, que dirigiam as operações, como também algumas forças de Milícias, à frente das quais se encontravam oficiais de Moncarapacho, amantes da sua Pátria e cumpridores dos seus deveres militares.

Tanto o facto em si como os nomes desses oficiais são completamente desconhecidos apesar de todo o seu espírito de sacrifício e de abnegação.

Em todos os tempos houve injustiças e, o caso presente não quis fugir à regra!

Porém, os documentos que encontrámos no ARQUIVO HISTÓRICO-MILITAR graças à amável autorização do seu ilustre Director Senhor Coronel Ferreira Lima, são sobre o assunto bem concludentes.

Um desses oficiais foi o capitão de Granadeiros Manuel Madeira Nobre e o outro, o então Alferes Leonardo Palermo de Faria ou da Fonseca e Faria que habitou junto da Capela de Nossa Senhora do Carmo de Moncarapacho, situada na propriedade designada o Carmo.

A acção destes patriotas, sobretudo de Leonardo Palermo de Faria, foi bastante arrojada e heróica, a avaliar pelas atestações que se seguem, nomeadamente a do seu Comandante de Companhia, Capitão Manuel Madeira Nobre, que também entrou na luta à Ponte de Quelfes e andou em Beja e noutros pontos na guerra contra os franceses.

Pela importância de tal documento, no qual se fala resumidamente nessa gloriosa refrega, vamos transcrevê-lo com os demais, mas este em primeiro lugar.

«Manuel Madeira Nobre, Capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira, por sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor.

Atesto em como Leonardo Palermo da Fonseca e Faria, Alferes da Companhia de Granadeiros do Regimento de Milícias da dita Comarca de Tavira, se ofereceu, fazendo os maiores excessos para marchar no Exército para a Província de Além Tejo de que era General em Chefe o Excelentíssimo Senhor Monteiro Mór Conde de Castro Marim, e Capitão General deste Reino do Algarve, e porque o Tenente da

minha Companhia a não acompanhou, dando parte de doente por não passar pelo incómodo da sua Casa, o dito Alferes satisfez a uma, e outra obrigação na presente Campanha, sendo activo em todas as diligencias de que foi encarregado, dando delas uma completa satisfação, desejando-se empregar em tudo que fosse Serviço do Príncipe Regente Nosso Senhor: ainda mesmo arriscando a Sua vida no primeiro ataque feito aos Franceses à Ponte de Quelfes Reino do Algarve em que eu me achei, dando Socorro ao Povo de Olhão com treze soldados, e dois Officiais inferiores, e o dito meu Alferes trabalhou contra o inimigo com fortaleza e activés, com o Zelo de Leal vassalo, dando provas de verdadeiro Português, e fiel ao Nome do Augusto Soberano, o que fará em todas as ocasiões; e por Ser verdade, mandei passar a referida o que tudo atesto debaixo da minha palavra, e assinatura.

Beja vinte um de Agosto de mil oitocentos e oito - Manuel Madeira Nobre,
Capitão de Granadeiros.»⁸

Segue-se o reconhecimento, feito em Faro, «aos vinte dias de Outubro de mil oitocentos e oito pelo Tabelião público de Notas, António Pereira da Costa.»

Outra atestação, a que no respectivo processo vem em segundo lugar:

«José de Azevedo Pereira de Andrade Sargento Mór Reformado do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira.

Atesto, que Leonardo Correia Palermo de Faria, Sargento da Companhia de Granadeiros da dita Comarca de Tavira, destacou para a Vila Real de Santo António fronteira de Espanha em mil oitocentos e um, em cujo tempo se achavam acantonadas na dita Vila Real, as Companhias de Granadeiros, Sexta, Sétima, e Oitava, de que tive a honra de Ser Comandante em Chefe, e no dito tempo em que as referidas Companhias se achavam na dita Praça, ocupei ao dito Sargento em varias diligencias do Real Serviço, que desempenhou como um hábil e perfeito Oficial, e desinteresse, mostrando-se em toda a acção com zelo de verdadeiro patriotismo, servindo de exemplo, e modelo aos seus iguais; e por passar o referido na verdade, e me ser pedida a presente, lhe passei o que juro aos Santos Evangelhos se preciso for. Moncarapacho vinte de Setembro de mil oitocentos e seis - José de Azevedo Pereira de Andrade Sargento Mór»⁹.

Pela análise desta atestação, verifica-se que, ou a data está errada, ou foi o documento pedido cerca de dois anos antes do levantamento dos olhanenses, para efeitos de ascender ao posto imediato.

⁸ Arq. Hist. Mil. Proc. de Leonardo Palermo da Fonseca de Faria, C/152.

⁹ Idem, proc. cit.

Vejamos agora a do Comandante do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira:

«Manuel Marques Neves Cavaleiro Professor na Ordem de Cristo, Coronel graduado e Comandante do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira por Sua Alteza Real, o Príncipe Regente meu Senhor.

Atesto em como Leonardo Palermo da Fonseca Faria, Alferes da Companhia de Granadeiros do meu Regimento, é um oficial muito hábil pronto no Real Serviço, e deseja Sem Sossego, Ser empregado em todas as diligências as mais importantes, e perigosas, que Sejam, para as cumprir, e executar com prontidão, e desembaraço, e Subordinação aos Seus Superiores foi Servindo debaixo de meu Comando na guerra de oitocentos e um na Praça de Alcoutim, fronteira à de Sam Lucar, Reino de Espanha, e no presente marchou para a Província de Alem Tejo, e mais digressões que Se fizeram por Ordem de Nosso Excelentíssimo General em Chefe o Excelentíssimo Senhor Monteiro Mor Conde de Castro Marim, e Capitão General deste Reino do Algarve, e Sendo por mim encarregado De varias diligencias em todo o tempo da presente Campanha, as cumpriu com pronto zelo, e actividade, e mostrando Sempre o Seu ardente desejo de estar pronto no Real Serviço e tendo assistido com a Sua Companhia no primeiro Combate de Olhão com os Franceses, aonde expôs a Sua vida, e o fará Sempre em todas as acções em defesa do Nosso Augusto e Real Príncipe; e por Ser pedida, e o Seu conteúdo Ser verdade, juro pelo hábito que professo. Tavira sete de Outubro de mil oitocentos e oito.

Manuel Marques Neves Coronel graduado Comandante»¹⁰.

Mais outra atestação importante:

«Sebastião Fernandes Estácio cavaleiro Fidalgo da Casa Real e Sargento Mor do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira,

Atesto que Leonardo Palermo de Faria Alferes da Companhia de Granadeiros do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira, tem Servido A Sua Alteza Real no decurso de dez anos ocupando neste tempo o Posto de Furriel de Caçadores e depois passou a Sargento da Companhia de Granadeiros, e presentemente o de Alferes na dita Companhia, em que tem sempre Cumprido com todas as Suas obrigações correspondentes ao Real Serviço; obedecendo exactamente as Ordens dos Superiores, e na Campanha passada esteve Com a Sua Companhia na Vila Real, e na Praça de Alcoutim Servindo de Sargento de Brigadas; e na presente Campanha de mil oitocentos e oito Se tem oferecido para Várias diligências com toda a acuidade, e prontidão e desembaraço, do que em tudo, que tem sido encarregado

¹⁰ Ibidem.

tem Sabido desempenhar-se; e por me Ser pedida a presente Atestação, e Ser Verdade todo o facto nela deduzido a mandei Passar o que Vai por mim assinada; Quartel de Beja Vinte, e dois de Agosto de mil oitocentos, e oito// Sebastião Fernandes Estácio»¹¹.

Ainda sobre a acção de Leonardo Palermo de Faria, especialmente no Alentejo, vejamos o atestado do Sargento-mór Pedro Mascarenhas Pessanha Cabral que teve papel de relevo nas lutas contra os franceses.

«Pedro Mascarenhas Pessanha Cabral Sargento Mor do Regimento de Infantaria de Linha Numero catorze por Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor que Deus guarde:

Atesto como tendo Sido nomeado pelo Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Conde Monteiro Mor Governador, e Capitão General do Reino do Algarve para vir Comandar para a Província de Alem Tejo um destacamento de tropa de Linha composta dos dois Regimentos do Algarve Segundo, e catorze; Se ofereceu para Vir e nesta mesma expedição o Alferes de Granadeiros do Regimento de Milícias de Tavira Leonardo Palermo de Faria fazendo as maiores instancias por Ser o primeiro empregado em Serviço activo Contra o inimigo Comum; tem este oficial em todas as ocasiões dado provas decisivas do Seu Valor, da Sua boa inteligência, Zelo, e Subordinação; o que o Caracteriza digno, e útil ao Real Serviço; e por Ser Verdade; e por ele pedida lhe mandei passar a presente, o que tudo atesto debaixo da minha palavra, e assinatura. Beja Vinte, e três de Agosto de mil oito Centos, e oito // Pedro Mascarenhas Pessanha Cabral».

«Reconhecimento

Reconheço o Sinal da Atestação Retro Ser da pessoa contida nele, o que posto fé; Beja Vinte e três de Agosto de mil oitocentos, e oito // Lugar do Sinal Publico // Em testemunho de Verdade // o Tabelião // José Joaquim Ferreira Rino //»¹².

Estas duas últimas atestações, devidamente reconhecidas, foram pelo próprio Leonardo Palermo de Faria entregues a Manuel Carlos Cotrim de Almeida, notário em Vila Nogueira de Azeitão, em 15 de Setembro de 1808, para serem passadas em pública forma, tendo nessa altura assinado o interessado¹³.

Como se acaba de ver por estas transcrições, no recontro da Ponte de Quelfes os olhanenses foram apoiados pelo menos por mais um capitão, dois oficiais inferiores

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

de milícias e treze soldados, todos de Moncarapacho, isto é, da freguesia dos respectivos oficiais, conforme mandava a orgânica dessa espécie de companhias.

Enquanto ao nome do segundo desses oficiais, ignoramo-lo.

Talvez que até tivesse feito parte desse combate como soldado, quem sabe, um velho já meio doido - O Zé da Gaita, como era conhecido - que há muitíssimos anos vivia em Moncarapacho e se apresentava aos domingos e dias de festa cheio de condecorações, declarando que tinham sido ganhas com muita honra, nas lutas contra os franceses, nos altos Pirenéus de França!

Registamos o facto, embora pitoresco, para que se não perca, visto as pessoas que o narravam já há muito terem baixado à sepultura.

Serviram tais atestações, de base para Leonardo Palermo de Faria ser elevado ao posto de Capitão e foram entregues na altura em que, com os outros oficiais, se encontrava na região de Setúbal, tomando parte activa na linha de defesa da capital do Reino.

Algumas das pessoas que depõem são nossas conhecidas: desde os Sargentos -Mores José de Azevedo Pereira de Andrade que vivia em Moncarapacho e Pedro Mascarenhas Pessanha Cabral que, residindo também durante algum tempo na mesma freguesia, no sítio dos Murtais, foi padrinho do casamento de uma filha do Major João Xavier de Castanheda em cujo termo figura com o posto de Tenente-Coronel, ao Capitão Manuel Madeira Nobre e a Sebastião Fernandes Estácio, da família ilustre dos Estácios de Tavira.

E agora, em último lugar, o requerimento que foi dirigido a Sua Alteza Real o Príncipe Regente, com base nas atestações anteriormente transcritas, para que Leonardo Palermo de Faria fosse provido no posto de Capitão agregado, da Companhia de Granadeiros do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira:

«Senhor

Leonardo Palermo da Fonseca e Faria Alferes da Companhia de Granadeiros do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira, que tendo o Suplicante servido A. S. A. R. [a Sua Alteza Real] por espaço de dez anos, como mostra pelos atestados juntos, ocupando neste tempo o Posto de Furriel de Caçadores, e depois passou a Sargento de Granadeiros e presentemente se acha em Alferes da mesma Companhia, tendo servido na antecedente Campanha de mil oitocentos e um, e na presente de mil oitocentos e oito, com todo o zelo, e Valor, e actividade contra o inimigo Francês sendo Leal, e Valoroso Português, em

todas as Acções que se tem oferecido ao Serviço do P. R. N. S. [Príncipe Regente Nosso Senhor] ainda mesmo oferecendo-se ao Real serviço, e por que o Tenente da sua Companhia a não acompanhou na presente Campanha dando parte de Doente não querendo passar pelo incomodo de sua casa; e porque o dito Tenente depois de ter marchado o Exército para a Província do Alentejo, em defesa da Capital fez Requerimento a Suprema junta da Cidade de Faro, para Capitão Graduado antes de ter a Patente de Tenente e o mesmo saio despachado; e Como o Suplicante se ofereceu abandonando seus bens, e Casa, (ilegível) Lembrando-se do Zelo, e Verdadeiro Patriotismo, e Leal Vassalo, e satisfez a uma, e outra obrigação, ainda mesmo arriscando a sua Vida ao ataque feito aos Franceses à Ponte de Quelfes Reino do Algarve como mostra pelos atestados junto oferece; é de justiça que visto o dito Tenente, Graduado em Capitão sair sem ter ainda a Patente de Tenente, e muito melhor deve ser remunerado o Suplicante do seu Serviço portanto.

Para V. A. R. [Vossa Alteza Real] promovê-lo em o Posto de Capitão Agregado a mesma Companhia de que é Alferes, mandando-lhe passar sua Patente do dito Posto atendendo ao merecimento do Suplicante

C R M. [Comandante da Região Militar]»¹⁴

Fazendo justiça à pretensão, foi pelo Príncipe Regente mandada passar a respectiva carta patente do posto do Capitão, do teor seguinte:

«Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquém, e d'além Mar em África de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio d'Ethiopia, Arábia, Pérsia, e da Índia. Faço Saber aos que esta Minha Carta Patente virem: Que Conformando Me com a Proposta do Marechal do Exército Guilherme Carr Beresford, que aos Governadores do Reino de Portugal, e dos Algarves fizeram subir à Minha Real Presença, e que eles haviam já aprovado em quinze de Dezembro de mil oitocentos e dez: Sou Servido Promover /como por esta Promovo / a Leonardo Palermo Faria, Tenente do Regimento de Milícias de Tavira do Exército daquele Reino no Posto de Capitão da Oitava Companhia do mesmo Regimento; o qual Posto servirá enquanto Eu o Houver por bem, com ele não vencerá Soldo da Minha Real Fazenda, mas gozará de todas as honras, Privilégios, Liberdades, Isenções, e Franquezas, que directamente lhe pertencerem. Pelo que: Mando aos ditos Governadores, que mandando-lhes dar a posse deste Posto, jurando primeiro de cumprir com as suas obrigações o deixem servir, e exercitar; e o Comandante, mais Officiais maiores do sobredito Regimento, quê por tal o reconheçam, honrem, e estimem; e os Officiais, e Soldados seus subordinados lhe obedeçam, cumpram, e guardem suas ordens, em tudo que tocar ao Meu Real Serviço, tão inteiramente como devem e são obrigados. Em firmeza do

¹⁴ Ibidem.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

que, lhe Mandeí passar a presente por Mim Assinada, e Selada com o Selo Grande de Minhas Armas. Dada na Cidade do Rio de Janeiro aos nove dias do mês de Junho, Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e treze.

O Príncipe»¹⁵ .

¹⁵ Ibidem.

III

A passagem das tropas francesas por Moncarapacho, na noite de 22 de Junho, descrita num requerimento inédito do Major João Xavier de Castanheda

Triunfante o movimento também em Faro, iniciado aí ao som de um rebate feito por Manuel do Nascimento, por alcunha o Maneta, nos sinos de uma das torres da Igreja do Carmo, o que deu lugar a grandes aclamações por parte da população a Nossa Senhora, à Pátria e à Família Real¹⁶, foram as colunas de tropas francesas, depois de vários episódios que não cabem no âmbito deste trabalho, finalmente batidas.

O certo, diz o Dr. Alberto Iria, é que os franceses abandonaram os arredores de Faro e esperavam a noite para se dirigirem a Tavira, onde contavam encontrar as tropas do coronel Maransin, talvez para de novo caírem, conjuntamente, sobre os revoltosos. Soube-se, de facto, que as tropas de Gaviel passaram desviadas de Olhão, «perdidas por essas fazendas». «Já na madrugada do dia 20, passaram os granadeiros e caçadores do capitão Gaviel pela povoação da Luz de Tavira, em cuja igreja entraram e dela conseguiram levar uma artística e pesada custódia, alfaia sagrada de grande estimação popular», diz-nos ainda o referido autor¹⁷.

Quer dizer, enquanto a nobreza, clero e povo, presididos pelo grande Bispo Dom Francisco Gomes se reuniam para a eleição da Regência do Algarve, na Igreja de Nossa Senhora do Monte Carmo de Faro¹⁸, sob cujo santo patrocínio triunfava a revolução na capital da Província, as tropas francesas fugiam desmoralizadas e desordenadamente pelos campos, continuando no saque e pilhagem de tudo o que encontravam de valor.

Ainda na noite de 22 de Junho, embora os documentos publicados até hoje de tal não nos falem, vagueavam elas pelos campos e aldeias da região de Faro-Tavira, pondo as populações em sobressalto.

16 «A Invasão de Junot no Algarve», ob. cit., p. 62 a 64.

17 Idem, p. 71. Essa custódia que é simultaneamente um cálix, foi repossada nessa mesma noite por um grupo de valentes da Luz de Tavira e, ainda hoje, serve em todas as devoções eucarísticas que aí se realizam.

18 Ibidem, p. 102.

Em Moncarapacho, por exemplo, passaram os franceses pelas 9 horas da noite, combatidos de Faro e Olhão, no dizer do Major João Xavier de Castanheda, ao tempo capitão das Milícias.

Pela leitura de um requerimento inédito do referido major que, pena é esteja deteriorado em parte, constata-se ter sido um esforçado auxiliar no movimento patriótico do Algarve, arregimentando mancebos para a luta, comandando as Ordenanças na falta do seu Capitão-Mór e actuando com prudência e muita sensatez nessa noite célebre em Moncarapacho, quando as tropas francesas por aí passaram, evitando que se desse uma luta desigual que poria em grave risco a população da mesma aldeia.

A sua vontade e a dos que se encontravam reunidos na velha Rua da Carreira, a uma hora dessas em que toda a gente ia repousar das fadigas de um dia de trabalho, já se sabe qual era! Porém, as forças francesas de infantaria e cavalaria, como ele próprio dá a entender no seu requerimento é que, apesar de derrotadas, eram em grande número e as munições das Milícias, diremos nós, poucas ou nenhuma.

Vejamos o que nos diz esse curioso documento dirigido ao Príncipe Regente, protestando contra a nomeação de um filho para o posto de alferes e que, como os restantes documentos anteriormente transcritos, se guarda no Arquivo Histórico Militar:

«Real Snr.

Diz João Xavier De Castanhedo do Lugar de Moncarapacho termo da Cidade De Faro Reino do Algarve que ele na guerra de 62 foi promovido para Alferes de Milícias do Regimento da Comarca de Tavira, e logo foi destacado para os postos do Guadiana raia de Espanha aonde se conservou 7 meses efectivos e depois veio para a praça de Castro Marim, e para a Cid.e de Tavira por onde me conservei por uma e outra parte até o fim da guerra e acabada a dita guerra fui promovido em capitão de ordenanças da dita minha freguesia em que ainda hoje me acho governando Servindo a vossa Alteza Com toda a lealdade Com honra, e zelo pois na falta do Capitão-mor tenho Servido de Comandar as ditas ordenanças varias vezes Indo a Câmara presidir nas Consultas de capil .. e enformando a vossa Alteza das circunstâncias nas consul.. pelos oficiais, ... Mês e ano em que fora nascidos dando mapas da companhia dando destacamentos para Castro Marim e para a praça de faro indo pessoalmente entrega-los à dita praça ficando este povo na distancia de 3 léguas achando-se no serviço mais activo que Se possa na Restauração deste Reino Sucedeu o passar por este povo os Inimigos franceses na noite de 22 de Junho de 1808 que vinham Combatidos de Faro e Olhão acertaram a passar por este povo às 9 horas da noite e Sucedendo

um Soldado do Regimento de Tavira meter a Espingarda à Cara para tirar um tiro à guarda avançada ele reconhecendo o perigo que daqui se resultava Correu ligeiramente tirou com o soldado em terra e tirou-lhe a espingarda das mãos e olhando para a praça daquele povo viu vir um oficial francês com a espada na mão Com a tropa formada De Infantaria, e Cavalaria, e vendo o dito oficial francês aqui dele lhe procurou que tumulto de Gente Era aquele e ele se desculpou dizendo que era uma pouca de Gente de ceifa que esta... pagar e... tanto na praça de Faro como na de Castro Marim agora chega a sua noticia que o Tenente-coronel Do Regimento de Milícias da Comarca de Tavira que fizera a promoção do dito Regimento em que propusera o dito Seu filho em Alferes do dito Regimento fazendo-se muito a maior violência que pode ser sem ter quem lhe possa Cuidar no que possui pois ele se acha já adiantado em anos e moléstias. Igualmente no serviço de Vossa Alteza que actualmente se acha empregado padecendo Com isto o publico e o Estado fazendo Reformar, oficiais nossos instruídos no Exercício e mais Serviços pois ainda não há um ano que Sairam Capitães para agora virem ter Rapazes rústicos incapazes de entrar... acção por esta razão Recorre a paternal..., de vossa Alteza o não dar por aprovado anos... que o dito seu filho se lhe faz de Alferes para... Regimento.

Pede A Vossa A.R.....»¹⁹

O episódio sobre a passagem dos franceses por Moncarapacho já nós o tínhamos ouvido, por várias vezes, ao nosso tio-avô Luís Mascarenhas de Mendonça, que lhe era narrado pela família.

Dizia esse nosso tio, neto do referido Major, que ele tinha feito reunir gente armada, de paus, chuços e carabinas e de tudo o que tinham à mão, para correrem com os franceses nessa noite. O que não calculava, com certeza, era que fossem em tão grande número!

Ante a surpresa que se lhe deparou, o Major Xavier de Castanheda, não por medo, pois apesar da sua idade tivera uma acção bem activa e decidida nesse período de luta como já a tinha tido na guerra de 1762, mas tão-somente por prudência, ainda fora a tempo de convencer o oficial francês de que toda aquela gente que ali se encontrava eram trabalhadores seus que tinham ido receber os salários das ceifas, explicação que parece ter convencido o referido oficial. Todavia, se não tivesse tirado a tempo a arma, a um dos mais exaltados que quis fazer fogo à guarda avançada

¹⁹ Arq. Hist. Militar, Proc. de João Xavier de Castanheda, C/305 (o documento tem à margem a data de 1810 com um ponto de interrogação, por se encontrar danificado na parte inferior devido a humidade que apanhou em qualquer outro sítio, onde anteriormente esteve).



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

inimiga, coisas muito graves e sem qualquer resultado apreciável para o movimento, se teriam passado.

IV

Famílias a que pertenciam esses combatentes e cooperadores desconhecidos do movimento patriótico e sua actuação na freguesia donde eram naturais

Descritos os feitos destes patriotas da Restauração de 1808, vamos agora ver a que famílias pertenciam e qual a sua actuação na freguesia donde eram naturais.

O Capitão Leonardo Palermo de Faria, era filho de Sebastião Garcia e de Maria Vitória, tendo casado com Dona Maria Joana Maciel de Andrade, natural da cidade de Faro, filha do Tenente Fernando Maciel de Andrade e de Ana Joaquina Rosa, naturais da mesma cidade²⁰.

Teve por madrinha²¹ de casamento ou do crisma, Dona Gertrudes Palermo de Faria, cujos apelidos adoptou, senhora que foi a última administradora da Capela de Nossa Senhora do Carmo, instituída no sítio das Vizinhanças de Moncarapacho pelo prior da mesma aldeia, Rever Jorge Palermo de Faria e hoje extinta²².

Dotado de grande espírito de piedade, foi o Capitão Leonardo Palermo de Faria irmão nobre da Santa e Real Casa da Misericórdia de Moncarapacho e seu benemérito, conforme referências que encontrámos no tombo da mesma Misericórdia que a seu tempo serão por nós publicadas, e muito amigo da família do Major João Xavier de Castanheda, designadamente, de seu filho o Capitão José Ignácio Pacheco de Mendonça que também deveria ter andado nas lutas contra os franceses em Alcácer do Sal, pois casou com uma senhora dessa vila, de nome Dona Maria Margarida Mascarenhas Palermo de Mendonça²³ e veio mais tarde a ser o restaurador e reformador da mesma Santa Casa da Misericórdia, durante o longo período da sua gerência como provedor²⁴.

Por Leonardo Palermo de Faria pertencer ao partido miguelista, valeu-lhe, embora toda a sua acção pela Pátria, ser assassinado durante o período terrível da

20 Registos Paroquiais de Moncarapacho e Arquivo do Desembargo do Paço, da Torre do Tombo, Maço 517 N.º 103, onde, a folhas 30 e 30v, se encontra uma certidão do termo de baptismo de Leonardo Palermo de Faria, passada pelo Pároco de Moncarapacho José da Silva Grilo e extraída do respectivo livro de registos (1784-1794, f.9v.).

21 Arq. N. da Torre do Tombo, Desembargo do Paço, maço e doc. cit., folhas 18.

22 Idem, idem, Maços 516, N.º 77 e 517, N.º 103 e *Livro da Receita e despeza da Irmida de N. S.ª do Carmo*, folhas 20.

23 Registos Paroquiais de Moncarapacho, livro n.º 30 dos casamentos, folhas 165 v.

24 Segundo Relatório escrito pelo Capitão José Ignácio Pacheco de Mendonça, cuja cópia extraímos do tombo dessa Misericórdia para publicar com outras referências do mesmo tombo.

Guerra Civil pelos do partido oposto que, segundo nos foi contado por pessoas antigas, o entregaram já morto a sua esposa, atirando-o para cima de um monte de palha com a declaração seguinte: «aqui tem o seu marido»!

Idêntica sorte teve também o Padre António de Matos Malveiro, prior de Olhão em 1808, cujo papel na restauração do Algarve foi notável.

Enquanto ao Capitão Manuel Madeira Nobre, também da freguesia de Moncarapacho, do sítio do Poço das Figueiras, era filho do Major Pedro Pacheco Pires de Mendonça e de Dona Maria Joaquina²⁵ e irmão do Tenente e Morgado da Farrobeira António Pedro Pacheco, cuja família tem solar na Rua da Carreira dessa aldeia, no local onde habitou o Capitão José Ignácio Pacheco de Mendonça, filho do Major João Xavier de Castanheda, a que anteriormente nos referimos.

Como tivemos o ensejo de dizer, tomou este oficial parte na luta travada à Ponte de Quelfes, na campanha do Alentejo e em outras missões, como Comandante da Companhia de Granadeiros das Milícias da Comarca de Tavira.

O Major João Xavier de Castanheda, também natural de Moncarapacho, era filho do Alferes Manuel Guerreiro da Fonseca, de Loulé, e de Margarida de Castanheda de Serra Correia (aliás Sarre ou Sárrea, como nos aparece em outros documentos) que, por seu turno, era filha do Capitão António Correia (ou Correia Abrantes) e de Margarida da Costa, do sítio da Fornalha de Moncarapacho²⁶.

Foi irmão nobre da Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho, Ministro da Ordem Terceira de S. Francisco da mesma aldeia²⁷ em cuja capela foi sepultado em 9 de Agosto de 1822²⁸, tomou parte na guerra de 1762 em que os nossos exércitos eram comandados pelo célebre Conde de Lippe, ocupando nessa altura postos em Alcoutim, Castro Marim e Tavira, como ele próprio declara, e colaborou activamente na Restauração de 1808. Era o Major João Xavier de Castanheda muito das relações do Capitão-Mór de Faro, Manuel Mascarenhas, que apadrinhou um dos seus filhos de nome Manuel Mascarenhas de Mendonça e Brito, Alferes de Milícias, ficando a sua habitação possivelmente no local onde presentemente reside uma sua bisneta.

²⁵ Registos Paroquiais de Moncarapacho, livros dos baptismos números 21, folhas 181 v. e 24, folhas 184 v. e Arq. Hist. Militar, Proc. de Manuel Madeira Nobre (filho), c/ 483, folhas 14.

²⁶ Reg. Paroquiais de Moncarapacho, livros dos casados números 7, folhas 70 v. e 8, folhas 31.

²⁷ Livro p.^a as Eleições desta V. ordem 3.^a, folhas 55 e 56.

²⁸ Reg. Paroquiais de Moncarapacho, livro de óbitos desse ano.

O Major José de Azevedo Pereira de Andrade, Sargento-mor de Milícias do Terço da Comarca de Tavira e Comandante em Chefe da sexta, sétima e oitava companhias de Granadeiros em Vila Real de Santo António durante a campanha de 1801²⁹, também de Moncarapacho, casou com Dona Gertrudes Palermo de Faria, a que anteriormente nos referimos³⁰.

Muito mais havia a dizer destas personagens que se destacaram nas lutas contra os inimigos da Pátria, mas isso ficará para uma monografia, ou coisa semelhante, sobre a nossa terra natal.

Por agora, interessa-nos somente tornar conhecidos os seus nomes, relacionando-os com as lutas contra os franceses.

29 Arq. Hist. Militar, C/152. A propósito, fomos informados da existência da espada do Sargento Mór José de Azevedo Pereira de Andrade e dumas fivelas que dizem terem pertencido ao Capitão Leonardo Palermo de Faria (talvez do cinturão), relíquias que devem um dia fazer parte duma *sala-museu* que gostaríamos ver organizada na aldeia de Moncarapacho e, para a qual, já temos alguns objectos e outros prometidos.

30 Arq. N. da Torre do Tombo, Desembargo do Paço, Maço 517, N.º 103, folhas 17 a 29.

V

A lição desses patriotas e o dever que nos assiste em sermos gratos para com a sua memória

Sem outro motivo que não seja o de esclarecer este período histórico, julgamos ter assim projectado mais um pouco de luz sobre o assunto.

É bom que se conheçam as circunstâncias em que os factos se passaram, fazendo ao mesmo tempo justiça a quem a merece, sendo, porém, de notar que houve autores coevos da Restauração de 1808, pelo menos um, que prometeu escrever memória detalhada sobre a formação do Exército, dos socorros, etc., mas que, por qualquer motivo, não chegou a cumprir a promessa³¹.

Moncarapacho, vê a partir de hoje, a sua história enobrecida pelos feitos heróicos e abnegados de mais alguns dos seus filhos que, num gesto de solidariedade, fizeram causa comum com os olhanenses.

Por tais razões, bem merecem os nomes desses honrados portugueses serem inscritos nas placas das ruas da sua aldeia natal e, ao mesmo tempo, deveria ser colocada junto da antiga Capela de Nossa Senhora do Carmo de Moncarapacho, ante cuja imagem o Capitão Leonardo Palermo de Faria certamente orou antes de partir para as lutas pela Pátria, uma lápide, lembrando os seus feitos, como um bom e grande exemplo para a juventude.

31 «A Invasão de Junot no Algarve», ob. cit. p. 317.

Nota final do Editor – O autor, em nota final da primeira edição, refere ter procurado respeitar o mais possível a ortografia em que se encontrava toda a documentação inédita relativa às atestações do processo Capitão Leonardo Palermo de Faria (as três primeiras feitas em Faro, no cartório de António Pereira da Costa e as duas últimas em Vila Nogueira de Azeitão, no cartório de Manuel Carlos Cotrim de Almeida), e aos requerimentos originais, respectivamente, do comandante do regimento do interessado e do Major João Xavier de Castanheda. No entanto, atendendo aos muitos erros encontrados nestes documentos originais assim como ao arcaísmo do português empregue, resolveu o editor modernizar a linguagem destes textos de forma a torná-los mais acessíveis ao leitor comum.

Por outro lado, o autor, na sua nota final, acrescenta ainda «que o episódio do reapossamento da custódia da Luz de Tavira por parte dos briosos filhos dessa freguesia, vem descrito na 'Monografia da Luz de Tavira', do Dr. Francisco Xavier d'Ataíde Oliveira, Porto, 1913, a págs. 158 e 159 e transcrito em 'A Invasão de Junot no Algarve', do Dr. Alberto Iria, a págs. 71 e 72. Esta observação vem, portanto, completar o que escrevemos na nota n.º 17 deste trabalho».

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão 2008